

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

Subcomissão Permanente de Terrenos de Marinha e seus Acrescidos

REQUERIMENTO Nº , DE 2013
(Do Sr. José Chaves)

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

*Requer sejam convidados o **Sr. João Carlos Coser**, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos; o **Sr. Paulo Safady Simão**, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC); o **Sr. Severino Luiz de Araújo**, Presidente da S.O.S. Terrenos de Marinha; o **Sr. Antônio Carlos Barreto Campello**, membro do Ministério Público Federal em Pernambuco, e a **Sra. Cassandra Maroni Nunes**, titular da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para, em Audiência Pública, tratarem e debaterem sobre questões relativas a novas demarcações de “áreas de marinha”, à Portaria nº 404/2012, bem como dos critérios adotados pela SPU para a cobrança do laudêmio, foro e taxa de ocupação, incidentes sobre imóveis localizados em “terrenos de marinha e seus acrescidos”, bens imóveis da União como previsto no art. 20, VII, da Constituição Federal.*

Sr. Deputado SÉRGIO MORAES
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)

Sr. Presidente.

Nos termos regimentais requiero a Vossa Excelência ouvido o plenário, que sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, a realizar-se em datas a serem agendadas, *Requer sejam convidados o **Sr. JOÃO CARLOS COSER**, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos; o **Sr. PAULO SAFATY SIMÃO**, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC); o **Sr. SEVERINO LUIZ DE ARAÚJO**, Presidente da S.O.S. Terrenos de Marinha; o **Sr. ANTÔNIO CARLOS BARRETO CAMPELLO**; membro do Ministério Púnico Federal em Pernambuco em Pernambuco, e a **Sra. CASSANDRA MARONI NUNES**, titular da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), para tratarem e debaterem sobre questões relativas a novas demarcações de “áreas de marinha”, à Portaria nº 404/2012, bem como, dos critérios adotados pela SPU para a cobrança do laudêmio, foro e taxa de ocupação, incidentes sobre imóveis.*

JUSTIFICAÇÃO

A participação das personalidades acima elencadas, nos trabalhos a serem desenvolvidos pela *Subcomissão Permanente de Terrenos de Marinha e seus Acrescidos* será de prestimosa valia para uma compreensão mais detalhada e profunda dos critérios adotados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), na cobrança do laudêmio, foro e taxa de ocupação, incidentes sobre imóveis e benfeitorias construídos em áreas dos chamados “terrenos de marinha e seus acrescidos”.

O que se sabe e é de pleno conhecimento público, é que a atuação da SPU está eivada de ilegalidades e irregularidades na cobrança daqueles ônus, indo de encontro às políticas de desonerações fiscais e tributárias levadas a efeito pelo Governo Central, para a retomada sustentável do crescimento econômico do País. Trata-se de iniciativa de um órgão subalterno da Administração Pública Direta, que fere gravemente as orientações do Banco Central e do Ministério da Fazenda e da própria

Presidenta da República. Outro exemplo disso é a recente Portaria nº 404, de 28 de dezembro de 2012, da SPU, que estabelece procedimentos para a cobrança de taxas sobre os “espelhos d’ água”, por ocasião das cargas e descargas de navios nos grandes, médios e pequenos portos brasileiros. A medida é mais um absurdo cometido pela SPU, uma invencionice que visa tão somente a criação de mais uma poderosa e milionária fonte de receita para aquele Órgão.

Afora essas considerações, temos absoluta certeza de que os debates na Subcomissão serão enriquecidos e se constituirão subsídios fundamentais para ajudar a sociedade civil e o próprio Governo a estruturarem uma nova e atualizada legislação sobre o desgastado instituto dos “terrenos de marinha e seus acrescidos”.

O Autor espera a aprovação do Requerimento pela maioria dos seus Pares, igualmente interessados na solução dos problemas que envolvem e prejudicam mais de seis milhões de famílias brasileiras, empresas do setor da construção civil imobiliária e a economia do País como um todo.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2013.

Deputado **JOSÉ CHAVES (PTB-PE)**